



II HOMENAGEM
**MARIA DO ESPÍRITO
SANTO SILVA**

PELA VALORIZAÇÃO
DAS DEFENSORAS DE
DIREITOS HUMANOS



INTRODUÇÃO

As defensoras e defensores de direitos humanos cumprem um papel essencial para o fortalecimento da democracia e no enfrentamento às graves violações que assolam o Brasil. Incomodam e desafiam os poderes políticos e econômicos responsáveis por violações de direitos humanos, ficando eles próprios sujeitos a ameaças, desqualificação, perseguição, criminalização e até à morte. Avançar na proteção e promoção dessas lutas tem sido uma das missões mais importantes da Justiça Global.

Historicamente no Brasil costumava-se associar os direitos humanos à luta pela anistia no final da década de 1970, momento da chamada abertura democrática do país. Na ocasião, se vivia a afirmação e a conquista dos direitos civis e políticos, cassados pela ditadura civil-militar.

Notadamente importantes na época da ditadura no Brasil (1964-1985), os direitos humanos e suas defensoras e defensores não estão restritos ao campo de atuação dos direitos civis e políticos. A partir da década de 1980, outros processos de lutas por conquistas, reconhecimento e efetivação de garantias jurídicas tornaram o espectro conceitual de direitos humanos mais complexo e amplo: direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais passaram também a ser identificados sob sua égide. Assim, a organização e a luta de diversos setores pela garantia e efetivação do direito à educação, saúde, moradia, água, terra e território, por exemplo, se inseriram no que se denomina hoje de luta pelos direitos humanos.

As plurais articulações que defensoras e defensores estabelecem entre si dão novos contornos à esfera de direitos humanos. Assim sendo, a definição de quem são é eminentemente política e tem caráter provisório na busca constante de maior precisão conceitual. Dessa forma, o conceito de defensoras e defensores de direitos humanos acompanha essa dinâmica social com suas lutas e tensões constituintes.



No conceito atual da Justiça Global, são considerados defensoras e defensores de direitos humanos todos os indivíduos, grupos, organizações, povos e movimentos sociais, que atuam na luta pela eliminação de todas as violações de direitos e liberdades fundamentais dos povos e indivíduos. Incluindo os que buscam a conquista de novos direitos individuais e coletivos, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais que ainda não assumiram forma jurídica ou definição conceitual específica. São contemplados ainda aquelas e aqueles que resistem politicamente aos modelos de organização do capital, às estratégias de deslegitimação e criminalização do Estado, e à ausência de reconhecimento social de suas demandas. São formas de resistência que não estão restritas às vias jurídicas e institucionais vigentes, podendo também remeter-se ao reconhecimento e legitimação nas demais esferas social, cultural, econômica e política existentes.

No tocante à coletividade consideramos, por exemplo, que os movimentos sociais, sindicatos, associações, comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhos são defensores e defensoras de direitos humanos enquanto entes coletivos. Com isso, percebe-se a necessidade de ampliação, em determinados casos, da compreensão individualizada da defensora e do defensor para a coletividade da qual faz parte, e que pode estar diretamente vulnerável no processo de luta pelos direitos humanos.


Em seus 16 anos de atuação no campo dos direitos humanos, a Justiça Global tem identificado o número expressivo de defensoras de direitos humanos em situação de vulnerabilidade. Algumas delas lamentavelmente foram assassinadas, como Doroty Stang em Anapu e Maria do Espírito Santo da Silva em Nova Ipixuna, ambas no Pará. Outras, como Indianara Siqueira, no Rio de Janeiro, e Andreza Beluchi, na Bahia, são constantemente alvos de agressões físicas e psicológicas. Também identificamos




que as ameaças que atingem as mulheres têm componentes específicos, muito deles relacionados a ataque moral, violência sexual, a uma deslegitimação de seu papel político, a uma inferiorização e desigualdade em relação ao gênero masculino e ao não reconhecimento de direitos, como os relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, identidade de gênero e orientação sexual. Nesse sentido, é importante fazer um recorte de gênero, que fortaleça a luta e o protagonismo de nossas defensoras, bem como a adoção de medidas protetivas que incorporem essa perspectiva.

A Justiça Global, desta forma, instituiu em 2014 uma homenagem anual às defensoras, este ano renomeada “Homenagem Maria do Espírito Santo Silva - Pela Valorização das Defensoras de Direitos Humanos”. Incorporar o nome de Maria é uma forma de lembrar a história desta defensora, assassinada em 2011 junto com seu companheiro José Claudio Ribeiro da Silva, em Nova Ipixuna, Pará, por denunciar ações ilegais de madeireiros e carvoeiros na região. A homenagem valoriza também centenas de defensoras e defensores, organizações e movimentos sociais que atuam no Pará, estado com elevado número de mortes e conflitos relacionados à luta por terra e território.

As homenageadas são defensoras de direitos humanos que atuam na luta pela terra, território e meio ambiente, contra a violência institucional, a tortura, o racismo, o machismo, a homofobia, a lesbofobia e a transfobia, na defesa de crianças e adolescentes e em muitas outras frentes. São mulheres que estão na Linha de Frente, são baluartes da proteção dos direitos humanos.



EM MEMÓRIA DA DEFENSORA DE DIREITOS HUMANOS MARIA DO ESPÍRITO SANTO SILVA



Maria do Espírito Santo Silva e seu companheiro José Cláudio Ribeiro da Silva foram pioneiros na defesa da floresta como forma de sustento e na criação da reserva extrativista do Assentamento Praia Alta Piranha, em Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, onde existe uma das últimas áreas nativas de castanha-do-pará. Eles chegaram ao local em 1987, passando a viver da extração de óleos de andiroba e castanha. O casal morava numa área de 20 hectares, com 80% de área verde preservada. Como a madeira na região tem alto valor, ela logo passou a ser alvo de cobiça de madeireiros e grileiros.

A defensora de direitos humanos e seu companheiro faziam uma luta diária pela natureza, explicando aos vizinhos como o extrativismo poderia garantir seus sustentos por mais tempo, uma vez que uma árvore derrubada somente dá lucro uma única vez. Essa militância os colocou sob ameaças constantes, denunciadas ao poder público, que se mostrou omissa na investigação e na garantia da proteção adequada aos defensores. No dia 23 de maio de 2011, o crime que vinha sendo declarado se tornou realidade, com o assassinato do casal quando viajam por uma estrada que levava ao assentamento.

Em abril de 2013, um tumultuado Júri realizado na cidade de Marabá absolveu José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante do crime, e condenou os pistoleiros Lindonjonson Silva Rocha, a 42 anos e oito meses de prisão, e Alberto Lopes do Nascimento, a 45 anos de prisão.



O Ministério Público, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH), organizações que atuaram como assistentes de acusação no caso, ingressaram com recurso de apelação perante o Tribunal de Justiça do Pará, alegando que a decisão dos jurados contrariou as provas existentes no processo que incriminava José Rodrigues. Os desembargadores, por unanimidade, concordaram com os argumentos contidos na apelação, e no dia 12 de agosto de 2014 anularam o julgamento e ainda decretaram a prisão de José Rodrigues. No entanto, mesmo com a prisão preventiva decretada pelo tribunal desde o dia 8 de agosto de 2015, José Rodrigues continua circulando regularmente pelo assentamento onde o casal foi assassinado, sem que sua prisão seja cumprida pela Polícia Civil. Agravando ainda mais a situação, no início de novembro deste ano, o pistoleiro Lindonjonson Silva Rocha teve a sua fuga facilitada de uma penitenciária de Marabá.

Apesar de todas essas dificuldades, as companheiras e companheiros de Maria e José continuam na luta contra a grilagem e a impunidade no Sudeste do Pará. Para lembrar a luta de Maria e de seu marido, e também de todas e todos que continuam na sua luta pelo direito à terra na região, a Justiça Global escolheu seu nome como título da homenagem a outras mulheres guerreiras de todo o país.





HOMENAGEADAS

—





ANACLETA PIRES DA SILVA

Anacleta Pires da Silva nasceu em 13 de julho de 1966 no Quilombo de Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim, a 114 quilômetros de São Luís, no Maranhão. É filha de Seu Libânio Pires, 78 anos, que luta desde os 18 pela titulação de Santa Rosa, onde nasceu. Ali também nasceram seu pai e avô. O bisavô foi trazido de Guiné-Bissau ao Brasil como escravo. Assim como o pai, Libânio criou seus filhos no Quilombo. A comunidade, hoje formada por mais de 600 famílias, vive da pesca e da agricultura; da plantação de milho, feijão, mandioca e da criação de animais como porcos e galinhas.

Na década de 80, a construção da Estrada de Ferro Carajás, operada pela Vale S.A., deu início a uma série de problemas socioambientais na região, como o assoreamento de igarapés, a poluição sonora, problemas respiratórios causados pela poeira, além da dificuldade de travessia dos moradores, que passou a gerar mortes por atropelamento.

Anacleta, aos 18 anos, seguindo a força de seu pai, começa a sua militância como defensora de Direitos Humanos, “mobilizando e sensibilizando os quilombolas para que possam ter consciência dos seus direitos e ir em busca deles”, como ela mesma diz. Anacleta, que já foi candidata a vereadora, formou-se professora e continua morando em Santa Rosa dos Pretos, onde constituiu-se uma importante referência.

A sua principal luta é pela regularização do território quilombola. Enquanto



esperam pela titulação, os moradores de Santa Rosa dos Pretos vêem suas terras serem invadidas por grileiros que lhes deixam cada vez menos espaço para que desenvolvam suas atividades agrícolas e também suas manifestações culturais.

O conflito com a Vale adquiriu maiores dimensões a partir de 2008, quando a empresa interpôs recurso administrativo contestando o processo de regularização fundiária do território quilombola. A partir de então, a lentidão do processo de regularização do território se tornou insuportável e Anacleta e sua comunidade começaram a agir de modo mais incisivo, convocando o Ministério Público, bloqueando a BR 135, que fica próxima ao Quilombo, e acampando nas margens da ferrovia.

Como fruto da incansável luta das comunidades quilombolas, em junho deste ano foram publicados no Diário Oficial da União decretos federais autorizando a Superintendência Regional do Incra no Maranhão a promover e executar a desapropriação de imóveis rurais abrangidos pelos territórios quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim, e Charco, em São Vicente Férrer, beneficiando 463 famílias. Apesar das pequenas vitórias, muitos problemas ainda não foram resolvidos, mas Anacleta tem a esperança de que a regularização das terras não seja uma conquista restrita aos moradores de Santa Rosa dos Pretos, mas que todos os quilombolas tenham direito a permanecer onde historicamente construíram suas vidas.



ANTONIA MELO

Antonia Melo da Silva, Dona Antonia, como é conhecida, nasceu em 1949 na cidade de Piripiri, no Piauí. Seus pais, Dona Eliza e Seu Gentil, trabalhavam na agricultura familiar e, além dela, tiveram mais doze filhos, alguns nascidos no Piauí, outros no Pará, para onde a família se mudou quando Antonia era ainda criança.

Em Piripiri, a família vivia em terras arrendadas de fazendeiros. A mudança para a cidade de Altamira, no Pará, foi motivada pela possibilidade de encontrar um lugar próprio para morar, cultivar a terra e viver em melhores condições.

Em Altamira eles encontraram uma roça na área rural e começaram a nova vida. Lá Antonia estudou em um internato que ficava a 16 km de onde morava. Nas férias ela voltava para casa e ficava com sua família. Ela lembra que o caminho entre a escola e a roça era tranquilo; não havia medo. Com a chegada de projetos desenvolvimentistas na região, como a Rodovia Transamazônica, na década de 70, as coisas começaram a mudar. Violência, pistolagem, extermínio de povos indígenas, destruição da natureza, conflitos agrários e a violação contínua dos direitos humanos passaram a fazer parte do cotidiano da população.

Antonia se tornou professora, passou a militar em comunidades eclesiais de base e, há quase 30 anos luta contra os projetos “desenvolvimentistas” na Amazônia, como é o caso da barragem de Belo Monte. É coordenadora do Movimento Xingu Vivo



para Sempre ,um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu. Antonia Melo é a grande referência para comunidades ribeirinhas, povos indígenas, pessoas e povoados diretamente impactados pela construção de Belo Monte, que encontram em sua força e capacidade de articulação um eco poderoso para denunciar as inúmeras violações de direitos humanos - mais do que isso, Dona Antonia mantém aceso o espírito de resistir e seguir em luta.

O processo de décadas de resistência tem lhe rendido também inúmeras ameaças de morte e perseguições. Alguns de seus parceiros foram assassinados, como o sindicalista Ademir Federicci, o Dema, em 2001, a missionária Doroty Stang, em 2005, e Bartolomeu Moraes da Silva, em 2012. Um outro grande amigo, Dom Erwin Kräutler, o bispo do Xingu, vive há anos sob ameaça de morte.

O Movimento Xingu Vivo também foi alvo de ataques. Em fevereiro de 2013, quando finalizava seu planejamento anual em Altamira (PA), o Movimento Xingu Vivo para Sempre detectou que um dos participantes, recém integrado ao movimento, estava gravando a reunião com uma caneta espiã. Em depoimento, o rapaz confessou ser contratado pelo Consórcio Construtor de Belo Monte, responsável pelas obras da usina, para levantar informações sobre lideranças e atividades do Xingu Vivo.

De defensora das populações expulsas de suas terras e casas pela construção de Belo Monte, tornou-se, em 11 de setembro desse ano, também compulsoriamente removida por Belo Monte. Viu a casa em que criou seus filhos e netos ruir. Antonia se abala, mas não se cala. “Eu luto contra esse modelo de destruição e morte de gerar energia, luto contra esse modelo chamado desenvolvimento. Belo Monte é um crime contra a humanidade. Eu não posso voltar atrás. Não posso. Não devo, jamais, nenhuma vírgula. Nem que um dia chegue a ser só eu. Mas continuarei na resistência”.



CRISTIANE FAUSTINO

Cristiane Faustino nasceu em Ipaumirim, bairro da periferia de Fortaleza, em 1973. Sua mãe era dona de casa e seu pai agricultor. Aos 13 anos ela já trabalhava como doméstica e costureira. Até os 17 viveu com os pais e com quatro irmãos em uma situação econômica bastante difícil. A realidade vivida por Cristiane em um bairro onde a pobreza era extrema fez com que vivenciasse cotidianamente situações de opressão. “Aprendi a não suportar a violência e a desigualdade”.

Aos 20 anos, começou o curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Apesar de não se identificar com a Universidade por conta de sua história como mulher, negra e moradora da periferia em um ambiente essencialmente branco e burguês, ela seguiu em frente movida por suas inquietações. Neste período encontrou os estudos críticos feministas e mulheres que, como ela, não aceitavam a condição de subalternidade que lhes é reservada na nossa sociedade, marcada pelo patriarcado e pela consequente violação aos direitos das mulheres.

Aos 24 anos, ela teve uma filha, Ariane, e já estava engajada em movimentos como o Ceará Periferia, conhecendo as lutas comunitárias e se envolvendo com as questões urbanas. A luta de Cristiane no movimento feminista também se intensificou neste período, em que participou da construção das atividades do Fórum Cearense de Mulheres e do Movimento 8 de Março.



Em 2007, ela começou a atuar no Instituto Terramar, organização que trabalha no desenvolvimento integrado das populações costeiras do estado do Ceará, defendendo a pesca artesanal e a articulação política das comunidades com a intenção de interferir nas políticas públicas de gestão ambiental. A criação do Terramar é fruto de um processo de resistência contra a especulação imobiliária e a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro), grandes problemas para as comunidades pesqueiras cearenses, que buscam autonomia através de um desenvolvimento que integre a tecnologia aos modos de vida da população local.

Em sua trajetória de militância, Cristiane aborda questões relacionadas à classe, gênero, raça e meio ambiente de forma inter-relacionada, e tem procurado difundir esta perspectiva integrada de análise junto a movimentos e organizações da sociedade civil.

Cristiane Faustino foi Relatora Nacional da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma DHesca Brasil. O projeto Relatorias de Direitos Humanos foi implantado em 2002 e se instituiu como um importante instrumento de exigibilidade de direitos humanos no Brasil. Como relatora Cristiane publicou entre outros os relatórios : Indústria do petróleo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj (2012-2013); O Projeto Ferro Carajás S11D da Vale S.A (2013); Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no Estado do Acre (2014).

Atualmente, além da atuação como coordenadora do Instituto Terramar, ela é ativista da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e faz parte do conselho da Justiça Global.



EUFRÁSIA SOUZA DAS VIRGENS

Eufrásia Souza das Virgens nasceu na zona rural de Ipiaú, Bahia, em 1971. Sua mãe, Dona Gildete, era dona de casa e seu pai, Seu Crispiniano, agricultor. O casal teve seis filhos, dos quais ela é a primogênita.

Sua família se mudou para a cidade de Jitaúna quando Eufrásia cursava a 5ª série do ensino médio. Lá ela morou até completar o segundo grau e foi convencida por sua tia, Dona Jaci, a ir estudar Direito no Rio de Janeiro. Os argumentos que persuadiram Eufrásia diziam respeito à construção de vida melhor, tanto para elas como para seus familiares.

Em 1990 ela começou a estudar na Universidade Cândido Mendes, e passou a estagiar na área de Direito Público na Procuradoria da República. Em 1995, Eufrásia foi aprovada no concurso para a Defensoria Pública. Seu discurso de posse foi marcado por sua preocupação com os Direitos Humanos. Lembrando a Chacina do Carandiru, ocorrida em 1992, citou um trecho da música Haiti, de Caetano Veloso e Gilberto Gil: "(...) mas presos são quase todos pretos. Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres. E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos (...)".

Desde 2004, Eufrásia faz parte da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA). Eufrásia tem desde então lutado pela proteção e pela



garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, para que possam se desenvolver física, mental, moral e socialmente em condições de liberdade e dignidade. É também Conselheira do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro.

Neste momento em que novas ameaças se apresentam aos direitos de crianças e adolescentes, o trabalho de Eufrásia mostra-se ainda mais importante. Alterações legislativas que propõem a redução da maioridade penal e o aumento do tempo de internação somam-se às já históricas situações de criminalização da juventude negra, de favelas e periferias, e à dificuldade no acesso a serviços públicos de qualidade, como educação e saúde. Se os problemas a serem enfrentados para garantir a proteção de crianças e adolescentes brasileiros já eram extensos, a lista parece se avolumar.

Este ano, Eufrásia concedeu Habeas Corpus coletivo e preventivo para que crianças e adolescentes não sejam apreendidos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro sem que estejam cometendo atos infracionais em flagrante. Apenas por garantir o cumprimento da lei, ela recebeu ameaças de morte e sofreu difamação pela direita na grande mídia. Apesar das ameaças, Eufrásia segue com vigor o seu trabalho em defesa destes jovens negros, pobres, moradores das periferias, que tem tido seu direito de ir e vir cerceado por uma política racista e higienista por parte do governo do Rio de Janeiro.



FRANCISCA MOURA LOPES

Francisca Moura Lopes é cearense, mas vive no Rio de Janeiro há mais de duas décadas. Ela nasceu em 1971 em um povoado chamado Riacho do Mato, em uma ilha; lugar pacato, longe das urgências da cidade grande. Suas lembranças são de muita fartura: plantações de feijão, melancia, melão, pepino. Comia-se o que se plantava e para conseguir água bastava ir ao açude, o que para ela, ainda criança, era mais diversão do que trabalho. Nesta época, a família de Francisca era formada por sua irmã, Raimunda, e por Seu Pedro e Dona Maria Assunção, seus avós biológicos, que a adotaram depois que sua mãe faleceu.

Quando completou 10 anos de idade, todos se mudaram para uma cidade maior da região, chamada Morada Nova, com exceção da sua irmã, que havia se casado. Aos 14 anos, ela fugiu com o seu primeiro namorado para Fortaleza. Já de volta à Morada Nova, teve o seu primeiro filho, Régis, aos 16 anos. Neste período, ela morava com o filho, o marido e seus sogros. Quando Francisca se separou a sua situação foi difícil; tinha que deixar a casa em que morava e não podia voltar para a casa dos seus pais. A solução encontrada foi vir para o Rio de Janeiro, onde morava sua irmã, Raimunda.

Francisca comemorou o seu aniversário de 21 anos dentro do ônibus vindo para o sudeste, cantando parabéns com os seus companheiros e companheiras de viagem. A expectativa era a de encontrar melhores condições para criar o seu filho e também a do reencontro com a sua irmã, que ela não via havia muitos anos.



Ao chegar ao Rio Janeiro, Francisca começou a trabalhar como empregada doméstica. Por morar com a irmã no bairro de Santa Teresa, nunca precisou dormir na casa dos patrões, o que pra ela era uma forma de evitar mais exploração, de ter horário de trabalho definido, com hora para chegar e sair.

Aos 27 anos ela teve Leidiane, sua segunda filha. Casada pela segunda vez, Francisca decidiu deixar de ser empregada doméstica e prestar serviços de diarista. Assim conseguiu mais autonomia e dinheiro, ainda que poucas vezes sua carteira de trabalho tenha sido assinada.

Foi prestando estes serviços que ela começou a trabalhar na Justiça Global, há 16 anos, logo na criação da organização. Neste período, ela teve mais contato com as discussões sobre Direitos Humanos e se deparou com mais questionamentos sobre machismo, racismo, e a violência institucional que estruturam nossa sociedade, que a motivaram a voltar a estudar. Em 2011 concluiu o ensino médio.

Francisca é um dos pilares da Justiça Global. Ainda em 2005 implementou na organização o “almoço com as estrelas”, almoço semanal em que toda a equipe se reúne em um momento de descontração, confraternização, mas também de solidariedade e agregação de forças. Hoje esses almoços acontecem as terças e quintas, se constituindo num dos encontros mais especiais de nossa equipe. Francisquete ou Fran, como é por nós carinhosamente chamada, tornou-se associada da Justiça Global em 2013, engrandecendo ainda mais a organização.

Hoje, aos 44 anos, Francisca continua levando a vida com muita luta, mas consciente de que “o sol nasce para todos”. Apesar das rejeições e dos preconceitos sofridos por ser mulher, negra e nordestina, ela tira a sua força da necessidade de construir uma vida melhor para ela e os seus filhos. Solteira, Francisca não pensa em se casar outra vez. A qualidade de vida que procura dispensa qualquer marido que lhe diga quando e como sair: “Quero fazer o que tiver vontade. Ter um emprego, poder conhecer pessoas... Sou dona de mim!”.



GILMARA CUNHA

Gilmara Cunha nasceu em 13 de agosto de 1984, no Engenho da Rainha, na cidade do Rio de Janeiro. Aos cinco anos de idade ela se mudou para a Maré, onde se afirmou como uma importante agente na defesa de transexuais, travestis, gays, lésbicas e bissexuais, especialmente daquelas e daqueles que vivem em favelas e que, como ela, conhecem as violências específicas que incidem sobre essa população.

Como mulher transexual, negra e moradora de favela, Gilmara tem uma trajetória marcada pela incisiva defesa da igualdade de direitos. Segundo ela, a sua luta é pelo fim do estado precário de existência das moradoras e moradores LGBT das favelas: "Lutamos para estar vivos, é uma questão de sobrevivência. Queremos dizer: 'Deixem-nos viver!', Queremos ser mais do que já somos".

Em 2006 Gilmara se reuniu com amigas e amigos na tentativa de formar uma organização que mobilizasse as pessoas LGBT das favelas do Rio de Janeiro. Surge assim, na Maré, o coletivo Conexão G, organização que procura sensibilizar as moradoras e moradores das favelas cariocas para questões que envolvam os Direitos Humanos. Segundo ela, a estratégia do grupo sempre foi a de articular as violências de gênero e sexualidade com outros marcadores sociais da diferença e com problemas como o racismo e a violência policial.



Atualmente, Gilmara é presidente da Conexão G. O grupo começou distribuindo preservativos e panfletos informativos em pontos de prostituição da Maré, e hoje desenvolve projetos como o Conectando El@s, no qual cursos de informática são oferecidos às travestis e transexuais da Maré e o Cineclube LGBT, no qual o cinema serve como provocador das discussões sobre as violências combatidas por Gilmara e seu grupo. O Conexão G também constrói anualmente a Parada LGBT da Maré, evento que já está no calendário do bairro.

A importância do trabalho de Gilmara já foi reconhecida tanto pelas pessoas que vivem nas favelas onde ela atua, quanto pelo Ministério da Saúde, que lhe concedeu um prêmio pela sua atuação na Maré, e a Câmara dos Vereadores e o Conselho Estadual da Criança e Adolescente do Estado do Rio de Janeiro, que prestaram homenagem à ativista.




INAYE GOMES LOPES

Inaye Gomes Lopes nasceu e cresceu em Ñande Ru Marangatú, terra indígena que pertence ao povo Guarani-Kaiowá, localizada no município de Antonio João, no Mato Grosso do Sul. Seu pai, Amilton Lopes, foi um grande líder da Aty Guasu, assembléia de caciques que se reúne para discutir questões relativas aos direitos do povo Guarani-Kaiowá. Amilton, que vinha recebendo ameaças de morte ligadas aos conflitos fundiários na região de fronteira de Mato Grosso do Sul, foi encontrado morto em um rio da região em 2012. Com 45 mil pessoas, os Guarani-Kaiowá são a 2ª maior população indígena do Brasil e ocupam apenas 30 mil hectares de suas terras tradicionais. De acordo com dados do governo federal, se todas as áreas reivindicadas por eles como territórios indígenas forem demarcadas, elas representariam apenas 2% da área total do Estado. Por outro lado, o Mato Grosso do Sul tem 23 milhões de bovinos, que ocupam 23 milhões de hectares de terra.

Inaye, que sempre acompanhou a luta de seu pai e de seu povo por suas terras, seguiu seus passos, tornando-se uma importante liderança, enfrentando as graves violações de direitos humanos cometidas contra seu povo. Segundo o Conselho Indigenista Missionário, CIMI, em 2014 foram registrados no Brasil 138 casos de assassinatos e 135 casos de suicídios de indígenas, sendo que destes 41 assassinatos e 48 suicídios aconteceram no Mato Grosso do Sul.

Em 2000, ainda criança, aos 11 anos, Inaye se mudou para Campo Grande, a cerca de 280 Km de Ñande Ru Marangatú, para estudar na Escola Estadual Monte Castelo. Lá morou com outros indígenas em uma casa alugada pela Funai e viveu de perto o preconceito sofrido pelo seu povo na própria escola, onde foi discriminada por ser indígena. Dois anos depois, voltou para Antonio João para seguir seus estudos na Escola Estadual Aral Moreira, onde se sentiu mais confortável e também



menos saudosa do seu lar. Em 2006, começou a cursar o Ára Verá, um projeto de formação de professores indígenas, que concluiu em 2010. Atualmente, licenciada em História, Inaye é professora na Escola Municipal Mbo Eroy Tupa / Arandu Renoi, na zona rural de Antonio João. Além de dar aulas, participa do movimento de educadores Guarani-Kaiowá, que há mais de 20 anos articula os professores indígenas na luta por uma educação diferenciada e autóctone.

Em agosto deste ano, Inaye se tornou testemunha ocular de mais um assassinato cometido contra seu povo. O jovem Guarani-Kaiowá Semião Vilhalva, de 24 anos, foi morto a tiros no território Ñanderu Marangatu, no município de Antônio João. Inaye estava no local quando Semião foi assassinado: “Os fazendeiros entraram com os pistoleiros deles. Houve massacres em dois lugares. Um na fazenda da proprietária Rozeli, presidenta do Sindicato Rural, e em outra fazenda, do proprietário Dácio Queiroz, onde houve morte. Eles chegaram atirando, queimando motos, atirando com balas de borracha. Muitas pessoas se machucaram, ensanguentadas. Um jovem foi assassinado. Ele levou um tiro no rosto e morreu na beira do rio”. Inaye denunciou publicamente que Rozeli Maria Ruiz, proprietária de uma das fazendas, havia feito ameaças contra os Guarani-Kaiowá cerca de duas semanas antes do atentado. Ela teria dito “Se os indígenas querem ocupar a minha terra, vou matar um deles primeiro”. “Foi o que ela falou, e ela cumpriu. Um guerreiro nosso está morto”, disse Inaye às autoridades, cobrando o fim da violência contra o seu povo.

Inaye, que perdeu além de seu pai inúmeros outros parentes, segue em luta com seu povo. Em carta aberta divulgada em outubro de 2015, declararam: “Vamos morrer lutando pela nossa terra, não saímos mais nem vivos e nem mortos de nossa terra Ñanderu Marangatu, isso já é decidido, já avisamos a todas as sociedades e autoridades. Não desistimos de nossa terra, aqui vamos morrer lutando e pedimos ao governo federal e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal para enterrar nós todos aqui na terra indígena Ñanderu Marangatu onde está já enterrado o nosso líder Semião Vilharva, assassinado pelos fazendeiros. Essa é a nossa decisão definitiva, sem medo de morrer, vamos continuar resistindo e lutando pela posse de nossa terra, aqui no Tekoha queremos ser enterrados aqui nas terras indígenas. Não mudamos a nossa decisão, já reocupamos a nossa terra, já resistimos, já morreremos aqui em nossa terra, e aqui vamos continuar resistindo e morrendo. Se voltarmos à beira da estrada lá morreremos igual, por isso decidimos em resistir e morrer aqui lutando pela nossa terra. Temos nossos direitos à terras indígenas. Todos sabem bem que a justiça federal ignora sempre os nossos direitos constitucionais alimentando a injustiça e violência contra o povo indígena Guarani e Kaiowá. Comunicamos ao mundo inteiro, às sociedades internacionais, que o governo e a justiça do Brasil autorizam o massacre, genocídio e violências irreparáveis contra os nós indígenas Guarani e Kaiowá”.



MICHAEL MARY NOLAN

Michael Mary Nolan, irmã da Congregação de Santa Cruz de São Paulo, é advogada dos Direitos Humanos e possui longa trajetória como militante. Nascida em Washington, nos Estados Unidos, ela veio para o Brasil em 1968, em plena ditadura militar. A vinda para cá se deu por influência de sua família, formada por ativistas dos Direitos Humanos, e pelas suas atividades religiosas, que fizeram com que viesse trabalhar na paróquia de Jaguaré, em São Paulo.

Em 1976 ela foi convidada por Dom Paulo Evaristo Arns para construir a Pastoral de Direitos Humanos na arquidiocese de São Paulo. Neste período, Michael, que já era formada em Administração e Ciências Sociais, decidiu fazer Direito com a intenção de se apropriar de mais ferramentas que a ajudassem na defesa das pessoas oprimidas pelo Estado. Em 1979 ela começou o curso na PUC de São Paulo e passou a atuar em casos de graves violações de direitos humanos, dentre os quais estão o do jesuíta Vicente Cañas, assassinado em 1987 por madeireiros que ambicionavam entrar na terra dos índios; da irmã Adelaide Molinari, morta em 1985 na Rodoviária de Eldorado, no Pará; de João Canuto, seus filhos José e Paulo e de Expedito Ribeiro de Souza, todos trabalhadores rurais de Rio Maria no Pará e assassinados pela liderança ou ligação com o movimento sindical; do padre Francisco Cavazutti, de Sancrelândia (GO), tornado cego após atentado praticado por latifundiários em 1987; dos júris de Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, morta na frente do filho em 1983; do seringueiro Chico Mendes no Acre em 1988, do



metalúrgico Santo Dias da Silva em São Paulo em 1979; do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, morto em Brasília em 1997; de Francisco de Assis Araújo, o Chicão Xukuru, morto em Pernambuco em 1998 e de seu companheiro Francisco de Assis Santana, o Chico Quelé morto em 2001, também em Pernambuco.

O trabalho de Michael é amplamente reconhecido pelas pessoas que atuam na área dos Direitos Humanos. Em 2002, ela foi homenageada pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, em 2004 recebeu o título de doutora honoris causa pela Saint Mary's College, de Notre Dame e em 2006 recebeu o título de Cidadã Paulistana pela Câmara Municipal da cidade.

Michael contribuiu para a fundação de diversos centros de Direitos Humanos, a exemplo do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, Centro de Direitos Humanos de Osasco, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), da qual é hoje presidenta.

O ITTC, fundado em 1997, tem como objetivo promover o acesso à justiça e a garantia dos direitos de presidiários e presidiárias através do combate à desigualdade de gênero e ao encarceramento. Nestes quase 20 anos de atuação, o instituto desenvolveu diversos projetos e parcerias, sendo hoje estruturada no Programa Justiça Sem Muros e Direitos e Gêneros.

Michael se especializou no atendimento às mulheres estrangeiras que cumprem pena no Brasil, denunciando a relação entre gênero, privação de liberdade, criminalização da pobreza e as políticas de segurança pública que promovem a "guerra às drogas". É também advogada do Conselho Indigenista Missionário o CIMI aonde atua em casos extremamente graves como, por exemplo, o acompanhamento da violação de direitos humanos do povo Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul.



PATRÍCIA DE OLIVEIRA

Patrícia de Oliveira nasceu na favela Para-Pedro, no Rio de Janeiro, em 1974, e morou em diversos bairros da cidade até chegar a Padre Miguel, onde reside há 25 anos. Durante este tempo, viveu com sua mãe adotiva, Jurandir, e com sua irmã.

A história de Patrícia como militante de Direitos Humanos é marcada pela Chacina da Candelária. Na noite de 23 de julho de 1993, Policiais Militares atiraram contra um grupo de pessoas, em sua maioria crianças e adolescentes, que dormiam nas proximidades de Igreja da Candelária, no Rio. Oito crianças e adolescentes foram assassinados. Wagner dos Santos, um dos sobreviventes e principal testemunha do caso, é irmão de Patrícia. Após sofrer novo atentado, desta vez na Estação Central do Brasil, Wagner ganhou proteção do Estado e acabou possibilitando a criação do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Provita).

Patrícia tinha 19 anos quando a Chacina da Candelária aconteceu. Somente dois anos mais tarde, em 1995, é que ela pode reencontrar o seu irmão, a quem não via desde que foi adotada. O encontro foi emocionante e definitivo para a sua vida. Perceber-se tão parecida com ele na sua força e persistência fez com que ela se aproximasse de uma vez da luta por Direitos Humanos e contra a violência

Neste mesmo ano, ela começa a trabalhar em ONGs de defesa da criança e do adolescente e a se deparar com outras histórias de chacinas, como a chacina de Acari,



em 1990, e de Vigário Geral, em 1993. Os grupos formados a partir destes massacres, como as “Mães de Acari”, mostraram à Patrícia que a articulação de familiares de vítimas da violência institucional, além de se tecer como uma importante rede de solidariedade, se constituía como um poderoso instrumento de enfrentamento às graves violações de direitos humanos.

Assim, em 2004, Patrícia foi uma das fundadoras da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, fruto dessa luta organizada dos familiares, das favelas e dos movimentos sociais contra a violência de Estado, a arbitrariedade policial e a impunidade desses violadores no Rio de Janeiro. A Rede é um dos mais importantes movimentos de familiares e favelas do Brasil.

Em 2011, Patrícia foi eleita para atuar no Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, o primeiro a ser implantado no Brasil, onde trabalha na fiscalização de espaços de privação de liberdade, como presídios, estabelecimentos do sistema socioeducativo e hospitais psiquiátricos.. Recentemente, foi reeleita para ocupar o cargo por mais quatro anos. Hoje Patrícia segue a sua luta e o seu sonho é ver os moradores de favela tratados com dignidade – ao invés de vistos como inimigos a serem encarcerados ou eliminados.



ROSE MEIRE DOS SANTOS SILVA

Rose Meire dos Santos Silva nasceu em 1978 no Quilombo Rio dos Macacos, que fica em uma região entre o município de Simões Filho e Salvador, Bahia. Sua mãe, Dona Maria Madalena, e seu pai, Seu Edgar, tiveram 17 filhos e sempre viveram no local.

Rose cresceu em meio a uma cultura marcada pela pesca e caça de animais silvestres, pela plantação de mandioca e comida preparada com azeite de dendê, que é cultivado e extraído na própria comunidade. No entanto, muitos episódios de violência também compõem esse cenário. Desde a década de 1960 a Marinha do Brasil começou uma ocupação do território, gerando diversos conflitos e graves violações de direitos humanos que atingem diretamente os quilombolas e que fizeram com que Rose se tornasse uma importante liderança.

O Quilombo Rio dos Macacos surge séculos atrás a partir da falência de uma fazenda na região. Os escravos vindos da África e seus descendentes trabalhavam nas roças de cana-de-açúcar e permaneceram no local após o fechamento da fazenda. Nos anos 1960 o terreno foi doado à Marinha, que na década seguinte começou a construção da Base Naval de Aratu. Desde então os quilombolas sofrem perseguição contínua, assassinatos, espancamentos, estupro e ameaças de remoção.

Ainda na infância, Rose presenciou uma série de violências dos militares contra os moradores do Quilombo. "Não tive infância, brincava dentro de casa com medo de



bala”, conta. Ela mesma foi vítima de agressão física e verbal quando era criança, fato que voltou a se repetir diversas vezes quando ela já era adulta, casada e mãe de quatro filhos. Rose chegou a ser detida e agredida por militares da Marinha, na entrada da base naval, quando chegava em casa. As agressões sofridas aumentaram em decorrência de sua militância em direitos humanos e de sua incessante luta pelos direitos quilombolas no Brasil.

No final de 2009, moradores e moradoras voltaram a ser ameaçados de expulsão pela Marinha e denunciaram a situação em rádios e emissoras de televisão, chegando a fechar por algum tempo uma das rodovias da região de Simões Filho. A partir deste episódio, eles conseguiram articular a Associação Quilombola Rio dos Macacos, registrada oficialmente em 2011, com o objetivo de resistir e garantir a permanência do Quilombo no território já demarcado e identificado pelo INCRA. Também demandam o direito dos quilombolas de retomar a prática da agricultura no local e recuperar suas moradias, além de buscar assegurar a aplicação de um conjunto de políticas públicas emergenciais por parte do Estado brasileiro.

As violações de direitos em Rio dos Macacos têm sido objeto de denúncias também nos âmbitos local, nacional e internacional. Em 2012 e em 2014, o caso foi enviado ao sistema de direitos humanos das Nações Unidas.

Rose é membro da associação desde a sua criação e segue denunciando os abusos militares vividos cotidianamente por sua comunidade. As formas de etnocídio vão desde a destruição de terreiros de candomblé até a derrubada de casas de farinha e casas de barro. As violências contra os moradores se expressam no controle de entrada e saída do território, nas violências físicas e psicológicas constantes, além das ameaças de morte. Rose, no entanto, não desiste. Não vai deixar a sua terra e diz lutar pela carta de alforria ainda não alcançada.



VALDÊNIA PAULINO

Valdênia Paulino cresceu em Sapopemba, bairro da zona leste de São Paulo, na década de 1970. Vindos da cidade de Bocaiúva, interior de Minas Gerais, seu pai trabalhava como ajudante geral enquanto sua mãe ganhava a vida fazendo faxinas e serviços de costura. Muitas vezes ela acompanhava os pais em idas ao aterro sanitário de um bairro vizinho onde catavam materiais recicláveis para vender.

O ambiente precário em que viveu foi importante para sua trajetória como militante de Direitos Humanos. Foi a partir dessa experiência que ela vislumbrou também as estratégias de resistência e de luta de uma população cujos serviços básicos como a distribuição de água e luz só eram prestados depois de muito esforço e articulação comunitária.

As mães da favela foram sua inspiração, pois não desistiam de lutar mesmo diante da morte de seus filhos. “Minhas mestras: não desistiam da vida mesmo chorando os filhos assassinados”. Ainda no magistério, Valdênia organizou uma casa de acolhimento para meninas da região de Sapopemba vítimas de exploração sexual.

Em 1985, ingressou na faculdade de Psicologia. Neste mesmo ano, em parceria com outras pessoas do bairro, oriundas de comunidades eclesiais de base, iniciaram as atividades do Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Sapopemba, oficializado em 1991. O CEDECA Sapopemba, como é conhecido, nasce com a missão de enfrentar a situação de violência em que viviam as crianças e adolescentes da região. O CEDECA até hoje cumpre um papel importantíssimo na região e é uma referência nacional no campo dos direitos humanos.

Em 1990, começou a estudar Direito, segundo ela “para entender melhor o Estado”, tornando-se advogada. A partir daí, passou a ter uma atuação ainda mais incisiva em um bairro marcado por muita violência. O abuso de poder exercido pelos policiais militares incluía torturas, assassinatos e estupros. Valdênia não se calou. Desde então sofreu diversas ameaças que puseram em risco sua vida e também de seus familiares. Por conta delas, Valdênia foi a primeira pessoa a ingressar no programa de proteção federal aos defensores dos Direitos Humanos, em 2004, tendo que deixar o país em diversos momentos.

Após um tempo de exílio forçado no exterior em decorrência das ameaças, em 2009 Valdênia e seu companheiro, Renato, se mudaram para a Paraíba, com a missão de contribuir na rearticulação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Oscar Romero, Cedhor, em Santa Rita, na grande João Pessoa, criado em 2000 em conjunto com os Missionários Combonianos.


Em 2011 tornou-se Ouvidora da Polícia do Estado da Paraíba e passou a investigar grupos de extermínio com envolvimento de policiais, agentes penitenciários, casos de tortura no sistema prisional e corrupção policial. Nesse enfrentamento da violência institucional, contribuiu na articulação do movimento “As Loucas Mães da Paraíba”, formado por mães que têm filhos assassinados, desaparecidos, levados por policiais – e que, quando protestam, são chamadas de loucas.

Como reconhecimento ao seu trabalho, Valdênia recebeu diversos prêmios, dentre os quais destacamos o Prêmio Direitos Humanos 2012, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na categoria Enfrentamento à Violência, e Prêmio CCBP de 2014 de Direitos Humanos, entregue na Bélgica, através do Conselho das Ordens dos Advogados da Europa, entidade que congrega o que seus próprios filiados autodenominam de “promotores da justiça e do direito”.

Suas atividades como Ouvidora de Polícia lhe renderam novas ameaças, o que mais uma vez a obrigou a um exílio forçado no exterior. De volta ao Brasil em 2014, retornou a São Paulo, voltando a atuar no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Sapopemba, onde segue o seu trabalho denunciando esquemas de corrupção, grupos de extermínio, violência policial e na luta pela desmilitarização da vida.



HOMENAGEADAS DE 2014



ANDRÉIA BEATRIZ DOS SANTOS é médica da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, atuando no sistema prisional baiano. Coordenadora da organização Quilombo Xis – Ação Cultural Comunitária que realiza ações voltadas para mulheres e homens em situação de prisão e seus familiares, com enfoque e intersecção entre racismo, gêneros, cultura, saúde, cidadania e direitos da pessoa em comunidades da periferia de Salvador e no interior do sistema prisional baiano. Articuladora da Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto, uma campanha de caráter internacional contra o genocídio do povo negro.

ANDRESSA CALDAS começou no início dos anos 90 sua militância junto à Comissão Pastoral da Terra e Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP) no estado do Paraná, onde formou-se em Direito. Em 2001, passou a integrar a Coordenação da Justiça Global em parceria com Sandra Carvalho e James Cavallaro e esteve à frente da Direção Executiva da organização por vários anos. Andressa é constituinte da Justiça Global e participou da caminhada da organização vivendo momentos difíceis como o assassinato do Advogado e amigo Manoel Mattos na divisa entre Paraíba e Pernambuco em janeiro de 2009. Da dor imensa dessa perda, em parceria com a Dignitatis, Dona Nair Ávila dos Anjos, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Andressa, na qualidade de Diretora da Justiça Global participou ativamente do processo de deslocamento do incidente de competência das investigações desse assassinato, que acabou tornando-se o primeiro caso de federalização de um crime contra os direitos humanos do Brasil. Esse é um dos inúmeros casos em que Andressa tem atuado. Andressa é hoje diretora do Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del Mercosur, e conselheira da Justiça Global.



CECÍLIA COIMBRA é psicóloga, historiadora, fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e professora adjunta aposentada na Universidade Federal Fluminense. Cecília Coimbra foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Durante sua graduação em Psicologia, foi presa no DOI-CODI/RJ, em 1970, no Rio de Janeiro, chegando a ser torturada muitas vezes. É uma das fundadoras do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ), que existe desde 1985 por iniciativa de ex-presos políticos que, como Cecília, viveram situações de tortura durante a ditadura empresarial-civil-militar, e por familiares de mortos e desaparecidos da época. O grupo se tornou uma referência importante no cenário nacional na luta pelos direitos humanos, pelo esclarecimento das circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes políticos e pelo afastamento imediato de cargos públicos das pessoas envolvidas com torturas, entre outros. Em 1979, com o intuito de realizar alguma intervenção na formação do psicólogo, tornou-se professora do Departamento de Psicologia da UFF. Foi conselheira do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (2004 a 2008) e a primeira coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, em 1997. Atualmente, é vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Integra o Conselho da Justiça Global desde a sua fundação.

DAIZE MENESES DE SOUZA é integrante da Associação de Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR) de Magé, Rio de Janeiro. Daize Menezes de Souza e seu companheiro têm sido repetidamente ameaçados de morte. Tudo em decorrência de suas militâncias como ativistas ambientais contra a ação da Petrobrás na Baía de Guanabara que tem afetado e impedido a pesca artesanal na região. Daize e sua família estão inseridos desde 2009 no Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos da Presidência da República.



DÉBORA SILVA é fundadora do Movimento Mães de Maio de São Paulo, formado por mães que se uniram para cobrar do Estado uma resposta pela série de assassinatos que ocorreram em São Paulo em 2006, quando grupos de extermínio compostos por policiais foram às ruas do Estado em revide aos ataques do PCC. Uma das bandeiras de luta do movimento é o fim dos chamados autos de resistência, quando policiais executam pessoas sob a alegação de um suposto confronto.

DEIZE CARVALHO inicia sua trajetória de defensora com a morte de seu filho, barbaramente torturado numa unidade do Degase (Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas), no Rio de Janeiro. Fez de sua dor uma luta, passando a militar na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e também no Morro do Cantagalo, onde vive. Além de buscar a responsabilização pela morte de seu filho, colabora nas denúncias de abusos e arbitrariedades cometidas por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora e é uma referência na defesa pelos direitos de crianças e jovens.

EVANE LOPES é uma liderança quilombola do município de Paracatu, em Minas Gerais. Foi presidente da Associação Quilombola de São Domingos, e sua trajetória de luta volta-se principalmente para a regularização das terras desta e das demais comunidades quilombolas existentes na localidade, e contra as violações de direitos humanos praticadas pela mineradora que atua na região. Os atentados contra a vida de Evane levaram-na a ingressar no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais, e a retirar-se junto com sua família de sua cidade natal.



INDIANARA SIQUEIRA é presidente do Grupo Transrevolução do Rio de Janeiro. Indianara iniciou seu ativismo no campo de defesa dos Direitos Humanos nos anos 90, enquanto presidente fundadora do Grupo Filadélfia, cujo foco de atuação era na defesa dos direitos das pessoas trans e das prostitutas. Defende a regulamentação da prostituição como trabalho, e tornou-se referência para diferentes coletivos LGBTTT e transfeministas. Dentre suas ações mais recentes é possível destacar o protagonismo durante as manifestações públicas das prostitutas de Niterói, iniciadas a partir da resistência às violações cometidas pela Polícia Militar em operações no chamado “Prédio da Caixa”, iniciadas em abril. Foi também assessora parlamentar do Deputado Federal Jean Wyllys.

MARGARIDA TENHARIN mora na Terra Indígena Marmelos, localizada no Município de Humaitá/Manicoré, ao sul do Amazonas. O povo Tenharin, que tem hoje uma população de aproximadamente mil indígenas, denuncia desde 2011 a ação ilegal de madeireiros na região. A partir de dezembro de 2013, quando três não-indígenas desapareceram na Rodovia Transamazônica e depois foram encontrados enterrados no território Tenharin, os indígenas têm vivido um grave processo de criminalização e perseguição política, com a prisão de seus principais líderes. Margarida destaca-se como uma guerreira de fibra, e vêm denunciado as arbitrariedades que seu povo tem sofrido. Não é de hoje: em junho de 2013 ela já havia relatado à Comissão Nacional da Verdade as barbáries que foram praticadas contra os Tenharin durante a ditadura civil-militar, com a abertura da mesma Rodovia Transamazônica, que cortou seu território ao meio e deixou um rastro de destruição. Margarida Tenharin é uma importante liderança e grande conhecedora das tradições, o que é fundamental para o fortalecimento dos Tenharin em sua resistência.



MARIA DE LOURDES LOPES, conhecida como Lurdinha, é coordenadora nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, vivendo no Rio de Janeiro. O movimento se organiza em treze estados e tem a “reforma urbana sob controle dos trabalhadores e trabalhadoras” como sua principal bandeira, com centralidade na ocupação como instrumento de organização e pressão, assim como o cooperativismo como forma de organizar que caminha no sentido da construir novas formas de relação social. A ocupação Manoel vizinha a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é um dos grandes símbolos da luta pela reforma urbana. O edifício de 10 andares, que permaneceu fechado e sem uso por cerca de 15 anos sob a propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), foi ocupado em 2007 pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

MARIA JOEL DIAS DA COSTA é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará. Dona Joelma, como é conhecida, assumiu a luta de seu marido, José Dutra da Costa, Dezinho, que foi assassinado na porta de casa ao lutar contra latifundiários no sul do Pará. Já sofreu vários atentados e é ameaçada, vivendo sob proteção policial. Teve que se afastar por um período de Rondon do Pará e tornou-se Coordenadora regional da FETAGRI no Pará. Em 2014, em decisão histórica, um Júri Popular realizado em Belém, responsabilizou o fazendeiro Décio José Barroso Nunes, o Delsão, pela morte de Dezinho. Após o Júri, e volta à Rondon, reassumiu a Presidência do Sindicato, que havia ocupado dois anos após a morte de Dezinho



MARTA FALQUETO é coordenadora do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos do Espírito Santo. Uma das fundadoras do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Marta participou ativamente na luta contra o crime organizado no Espírito Santo no início dos anos 90. Uma das mais atuantes militantes de Direitos Humanos, Marta atua em diversas frentes, dentre as quais destacamos a luta contra o encarceramento em massa, os direitos dos povos indígenas e quilombolas e na proteção dos defensores de direitos humanos de seu estado.

NAIR ÁVILA DOS ANJOS, Dona Nair, como é conhecida, é mãe do advogado de direitos Humanos Manoel Mattos, assassinado na divisa entre Pernambuco e Paraíba em 24 de janeiro de 2009. Dona Nair vem buscando cotidianamente a responsabilização daqueles que tiraram a vida de seu filho, na certeza que essa responsabilização é uma continuidade de sua luta, já que ela está relacionada à ação de redes criminosas na divisa entre Paraíba e Pernambuco. Após a morte de Manoel, passou a sofrer ameaças de morte e hoje se encontra incluída no Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos. O caso de Manoel Matos tornou-se o primeiro caso de federalização do país, indo a júri popular em 2015, com condenação de parte dos acusados pelo crime.



PAULA MAIRAN, jornalista com passagem nas redações dos jornais O Dia, Extra e Jornal do Brasil, se destacou na produção de matérias que pautavam os direitos humanos, tornando-se uma referência para organizações de direitos humanos e movimentos sociais, o que a levou a se tornar assessora do Deputado Estadual Marcelo Freixo quando este assumiu a Presidência da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. Paula assumiu a Presidência do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro em agosto de 2013 e sua gestão tem se destacado pela denúncia de violações de direitos de jornalistas, inclusive junto Sistema Interamericano de Direitos Humanos da OEA. Por sua atuação junto aos movimentos sociais, tem sofrido um forte processo de perseguição e deslegitimação por parte de grupos da imprensa corporativa.



SANDRA CARVALHO, a Sandrinha, é fundadora e coordenadora da Justiça Global. Sua trajetória na defesa dos direitos humanos começa no início da década de 1990, quando era estudante de ciências Sociais e trabalhava no Núcleo de Estudos da Violência da USP e na Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, a qual passou a coordenar em 1993. Em 1992, Sandrinha integrou a comissão que entrou no presídio do Carandiru logo após a chacina de 111 presos e constatou as evidências de que havia ocorrido um massacre, tendo tido atuação fundamental para impedir a descaracterização do cenário do crime e garantir a presença da perícia técnica. Durante toda a década de 90, atuou na denúncia de crimes cometidos por policiais em São Paulo e na denúncia de grupos de extermínio, chacinas e torturas, sofrendo diversas ameaças. Em 1999, fundou a Justiça Global. Ao longo desses 15 anos tem atuado na linha de frente no enfrentamento à tortura, à violência institucional, às violações decorrentes do modelo de desenvolvimento e à criminalização dos movimentos sociais e de defensores de direitos humanos. Sandrinha foi a primeira brasileira a receber o Prêmio Anual de Direitos Humanos da Human Rights First (HRF), em 2009. Em 2013, no dia internacional da mulher, recebeu a medalha Chiquinha Gonzaga, homenagem feita pelo mandato do vereador Renato Cinco na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, como reconhecimento da sua trajetória e contribuição para afirmação dos direitos humanos no Brasil. Sandrinha ainda é cidadã capixaba, honra concedida pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo em razão da atuação sistemática da Justiça Global na defesa dos direitos humanos no estado.



TEXTOS

Daniela Fichino

Gláucia Marinho

Matheus Santos

Mario Campagnani

Sandra Carvalho

PROJETO GRÁFICO

Bianca Baderna

REALIZAÇÃO



APOIO



UNIÃO EUROPEIA

SIGRID RAUSING TRUST

